

# Religiosidade de matriz africana: da invisibilidade aos olhos da população juazeirense<sup>1</sup>

Joselina da Silva<sup>2</sup> e Reginaldo Ferreira Domingos<sup>3</sup>

---

## Resumo

O final da década de setenta e o início da de oitenta do século passado testemunharam, no Candomblé juazeirense, perseguições às religiões de matriz africana e aos seus praticantes, fato que contribuiu para o encerramento de algumas casas e o êxodo de vários sacerdotes e sacerdotisas. Tais atitudes repressivas fizeram com que nos anos noventa houvesse, por parte dos líderes religiosos, uma autoproteção e também certa proteção de seus espaços de cultos, evitando visibilidade. Essas atitudes permaneceram até pelo menos o ano de 2008. Esses espaços religiosos sempre foram vistos com olhares racistas, segregacionistas para com seus praticantes. Nos últimos quatro anos, vem ocorrendo um maior surgimento de terreiros de

---

1 Esta pesquisa se tornou possível graças à honrosa colaboração de vários dos seguidores de Candomblé da cidade de Juazeiro do Norte, entre eles Inácio Leite, conhecido como Pai Bira, Mãe Alice de Freitas e Pai Miguel, que são algumas das autoridades religiosas da cidade. Agradecemos também ao iniciado Antonio Júnior Sarmiento e aos adeptos Karla Jaqueline e Diego César. Estes dois últimos – representantes do movimento negro local – têm sido incansáveis no apoio à construção das marchas pela liberdade religiosa.

2 Possui doutorado (2005) e mestrado (2001) em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi Professora Adjunta da Universidade Federal do Cariri, atualmente é docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: joselinajo@yahoo.com.br

3 Graduado em História (2005) e especialista em História e Sociologia (2007) pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre (2011) e doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Candomblé na cidade. Dessa forma, objetivamos construir um levantamento para que se possa ilustrar a quantidade e os locais em que estão situados esses espaços ritualísticos. Para tanto, se faz necessária a compreensão acerca do contexto que tem permitido às religiões de matriz africana se afirmarem nesses últimos anos. Neste artigo, abordaremos apenas as casas de Candomblé. Esta é uma pesquisa que está sendo desenvolvida em dois âmbitos: na FACED (Faculdade de Educação), da UFC, como trabalho de doutoramento o qual pretende investigar – por uma perspectiva histórica e filosófica – a presença das religiões de base africana no interior caririense. O segundo, no N’BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino-Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais), da Universidade Federal do Cariri.

Palavras-chave: cultura negra, religiões de matriz africana, intolerância religiosa.

## Abstract

The end of the seventies and the early eighties of the last century witnessed in Juazeiro do Norte’s Candomblé, persecution of religions of African origin and its practitioners, which contributed to the closure of some houses and the exodus of many high-priests and priestesses. Such repressive attitudes have meant that in the nineties there was, by religious leaders, one self-protection and also some protection of its space services, avoiding visibility. These attitudes remained until at least 2008. These religious spaces were always seen with racist eyes, that used to segregate those who lived and transited there. In the last four years, there has been a greater appearance of Candomblé in the city. Thus, we tried to build a survey so you can illustrate the number of “terreiros” and where they are located. Therefore, it is necessary to understanding the context that has allowed the religions of African origin assert themselves in recent years. In this article, we will discuss only the houses of Candomblé. This is a research being developed in two areas: in Faculty of Education of the Universidade Federal do Ceará (UFC), as doctoral work which aims to investigate - by a historical and philosophical perspective - the presence of African-based religions in Cariri region. The second, in N’BLAC (Brazilian Center, Latin American and Caribbean Studies in Race Relations, Gender and Social Movements), in Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Key words: black culture, religions of African origin, religious intolerance.

## Introdução - Cultura negra e religião de base africana no Cariri cearense

Este texto objetiva colaborar com a construção de um levantamento sobre o número de espaços ritualísticos voltados ao Candomblé na cidade de Juazeiro do Norte e de como seus seguidores vêm se organizando para fazer frente às perseguições contra eles perpetradas. Valemo-nos de entrevistas com líderes religiosos e ativistas dos movimentos negros. Analisamos também os prospectos de divulgação das caminhadas contra a intolerância religiosa organizadas naquela cidade. Vimos nesses referenciais documentos nos quais a expressão de denúncia e reação pode ser mais bem detectada.

O final da década de setenta e o início de oitenta do século passado testemunharam perseguições às religiões de matriz africana e aos seus praticantes no Candomblé juazeirense, fato que contribuiu para o encerramento de algumas casas e o êxodo de vários sacerdotes e sacerdotisas. Tais atitudes repressivas fizeram com que nos anos noventa houvesse, por parte dos líderes religiosos, uma autoproteção e também a proteção dos seus espaços de cultos, evitando visibilidade. Essas atitudes permaneceram até pelo menos o ano de 2008. Esses espaços religiosos sempre foram alvo dos olhares racistas, segregacionistas para com seus praticantes.

Nos últimos quatro anos, vem ocorrendo um maior surgimento de terreiros de Candomblé na cidade<sup>4</sup>. Diante disso, pretendemos estimular a discussão para que se possa compreender a razão desse

---

4 Esta pesquisa foi realizada entre 2010 e 2013.

crescimento. Paralelamente, uma das razões da existência das caminhadas organizadas pelos seguidores das religiões de matriz africana deve-se à maior organização dos fiéis e seguidores.

A cidade de Juazeiro do Norte tem sido carregada do “mito” brasileiro e cearense, dos séculos XIX e XX, de um Brasil miscigenado sem negro e conseqüentemente sem racismo. É muito frequente ouvir que “no Ceará não tem negro”, frase que traz uma carga de ironia e marca de um equívoco histórico (CUNHA Jr., 1997; FUNES, 2004).

Esta ideia subsidiada pela crença de que a escravidão teria sido pouco significativa compõe uma lógica incoerente e perversa, uma vez que, assim sendo, só é possível associar o negro à escravidão criminosa. Logo, acredita-se que no território cearense não houve negros porque a escravidão não existiu ou foi um escravismo relativamente pequeno com relação a outros estados brasileiros (CUNHA Jr., 2011; FUNES, 2004).

É possível inferir tal afirmativa quando averiguamos os estudos realizados por Funes. O autor apresenta a sua tese afirmando que “na medida em que as fazendas vão sendo estabelecidas ao longo dos rios, os negros também foram ocupando estes espaços, não só como cativos, mas como trabalhadores livres, como proprietários” (FUNES, 2004, p. 104). O aumento demográfico nas terras cearenses e no Cariri traz esses africanos que, em suas bagagens, conduzem manifestações culturais e religiosas.

É difícil aceitar a afirmação de que não há cultura e características negras na cidade, pois essa negritude se confirma pelas reminiscências arraigadas hoje, as quais vieram do período colonial (CUNHA Jr., 1997; CUNHA Jr. 2011; FUNES, 2004; NUNES, 2007). De acordo com os

estudos de Nunes (2007), na região se encontram vários vestígios da presença negra. Os Reisados, as Congadas, a Dança do Coco, a Dança de São Gonçalo, os terreiros de Umbandas, Maneiro Pau, as Irmandades Católicas dos Homens Pretos, entre outras manifestações, são provas da existência de afrodescendentes nas terras caririenses.

No trabalho que se dedicou a estudar os Reisados do Juazeiro do Norte, Nunes (2007) demonstra que a alta representação demográfica de população negra na região contribuiu para a continuidade e a resistência dos afro-brasileiros no Ceará. A existência destes hoje é expressiva na cidade e é constatada pela presença de várias formas culturais, entre as quais os cultos afro-brasileiros.

Pode-se, dessa forma, conjecturar sobre os princípios do Candomblé na cidade de Juazeiro do Norte tendo em vista o grau de sua relevância, uma vez que é também na religião que os negros africanos e os afrodescendentes encontram seus alentos, sua segurança, reproduzem seu mundo e refazem a África. (OLIVEIRA, 2006; OLIVEIRA, 2007; LIGIÉRE, 1993).

Em se tratando de práticas religiosas de matriz africana, podemos fazer algumas considerações gerais, porque, além da expiação sofrida à época da escravidão criminosa, ainda permanecem na sociedade ações que degradam a imagem dos afrodescendentes e sua cultura. Líderes evangélicos fanáticos e cheios de ações preconceituosas dizem que a cultura negra é coisa do diabo e é desprezível para uma sociedade que tem como fundamento de vida o cristianismo (JESUS, 2003). O que tem sido pregado atualmente é resultado de um conceito racista quanto às religiões de matriz africana e os elementos da cultura negra. Assim como

diz Cunha, “a Umbanda e o Candomblé têm sido estigmatizados como coisa do demônio.” (CUNHA Jr., 2007, p. 5).

Ações verbais depreciativas são constantes para com os praticantes. Tais atitudes vêm mais freqüência dos evangélicos pentecostais e dos neopentecostais. Infelizmente, em vários setores da sociedade, estas são vistas como atitudes comuns, não sendo consideradas como práticas de racismo (JESUS, 2003), realidade essa repleta de preconceito racial, em que o fato de participar de práticas religiosas afrodescendentes é motivo para “chacotas”, apelidos pejorativos e que ainda faz com que haja a negação por parte de alguns seguidores.

Conversas com as lideranças femininas do Candomblé – no início desta investigação – demonstraram que havia pouca receptividade da sociedade juazeirense para com as casas de culto de matriz africana, e evitando dar maior ênfase ao fato, algumas de nossas entrevistadas relatassem a presença de policiais – em certas ocasiões – propondo-se a mandar encerrar os momentos de função religiosa, diante da argumentação de estarem desrespeitando as leis relativas ao silêncio. Outra informação nessa ordem se referia a momentos em que eram interrompidas oferendas em áreas públicas pela mesma força policial.

Entretanto, mesmo diante desse contexto de discriminação – que é um modelo que guarda muita semelhança em âmbito nacional – para com as pessoas praticantes das religiões de matriz africana, o Cariri nos últimos anos vem reescrevendo sua própria história, de forma a permitir a visibilidade dos praticantes do Candomblé e a sua imersão no seio da sociedade. Podemos dizer que nos últimos quatro anos

tem ocorrido um processo de afirmação e autoidentificação daqueles pertencentes aos cultos religiosos de raiz africana.

O quadro a seguir pode ser uma das pistas que os ajudem a perceber o aumento em número de casas de seguidores do Candomblé na cidade<sup>5</sup>.

<b>Responsável</b>	<b>Bairro</b>
Mameto Maleozaze e Tata Ndenge Samuel	Limoeiro
Pai Bira de Omolu	Triângulo
Mãe Cícélia	Aeroporto
Isaac de logun Edé e Miguel de Oiyá	Aeroporto
Jacinta	João Cabral
João Paulo	João Cabral
Junior de Iansã	João Cabral
Pai Francisco ou Jagumar de Xangô	João Cabral
Mãe Maria e Pai Cícero ou Pita	João Cabral
Francisco Cobra	Frei Damião
Neide de Oba	Frei Damião
Mãe Deleuy de Oxum	Bairro Salesianos

Esse total de casas está distribuído em seis diferentes bairros, sendo que em vários deles há de duas a três casas. Observamos, então,

5 Reiteramos que este texto se refere apenas às casas de Candomblé em Juazeiro. Quanto às casas de Umbanda e outras manifestações de matriz africanas, na cidade e na região, estamos em momento de pesquisa de campo e coleta dos dados.

um número expressivo, se pensarmos que Juazeiro tem sido vista – da forma apontada anteriormente – como uma cidade apenas de manifestação cristã católica. Isso revela um processo de resistência por parte da religiosidade e de seus praticantes.

Podemos afirmar que os manifestos realizados pelo povo de santo têm contribuído para uma reorganização da sociedade local, para a configuração dos terreiros e, também, para as práticas sociais dos iniciados nas religiões de matriz africana. Tais afirmativas são possíveis quando observamos, em conversa com o secretário da Associação Caririense Espírita e Umbanda (ACEU)<sup>6</sup>, durante pesquisa realizada no ano de 2010 no Programa de Pós-Graduação em Educação para elaboração de dissertação de Mestrado, que na região do Cariri, especificamente no centro Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), havia registradas em documentos quatorze casas de Candomblé. Tais estatísticas nos permitem ter uma ideia da dimensão da presença e resistência da população afro-brasileira quando se trata da religiosidade.

De acordo com o nosso informante, no ano de 2010 havia oito casas de Candomblé na cidade de Juazeiro, fato que muda quando observamos o quadro acima, em que já podemos afirmar a existência de pelo menos doze. Em sua fala, ele tem a preocupação de evidenciar que esses são números de cadastros na ACEU, e que tais dados não determinam de forma precisa a quantidade de terreiros de Umbandas e Candomblés na cidade. Porém, a partir das análises dessas informações, é plausível julgar que a presença dos cultos de origem africana é mantida como *locus* de resistência e propagação da cultura e de religião africana

---

6 ACEU foi criada em 18 de abril de 1988.



e afrodescendente.

Ainda hoje podemos afirmar a existência de ações de discriminação para com as pessoas que praticam religiões de origem africana, porém em menor proporção quando visto de forma comparativa, ao longo dos últimos quarenta anos, quando líderes religiosos se viram obrigados a abandonar a cidade. O exemplo dessa mudança são as caminhadas contra a intolerância religiosa que vêm ocorrendo desde o ano de 2010. Logo, podemos entender que as mesmas são prova cabal dessa alteração social que, com as devidas proporções, tem acontecido no intuito de combater o racismo.

O movimento sai às ruas: Um olhar sobre as marchas e/ou caminhadas

“Pelo direito de ter fé”<sup>7</sup>

As teorias, bem como os paradigmas, que se propõem a explicar os movimentos sociais são múltiplos. Variam em relação à escola de pensamento que os abriga, à influência do momento histórico em que estão sendo produzidos e ao campo analítico a partir do qual são observados. Momentos histórico-sociais diferentes vão contribuir diretamente para a constituição dos Novos Movimentos Sociais (NMS) (GOHN, 1997; SANTOS, 1999). A mobilização é o momento em que o movimento vem a público para pressionar a sociedade e mostrar sua força e suas potencialidades. Ela se dá em torno de uma demanda específica voltada para o presente, com objetivos definidos (MELLUCI,

---

7 Essa é a frase que abre o cartaz de divulgação da quarta caminhada religiosa ocorrida, em Juazeiro do Norte, no dia 21 de 2013.

1996).

O movimento negro brasileiro, em suas diferentes fases, tem como característica principal a mobilização. A literatura específica pontua inúmeras atividades de rua. A Frente Negra Brasileira dos anos trinta foi um dos marcos. Reuniões a céu aberto passaram a congregar um número cada vez maior de mulheres e homens negros, na Praça da Sé, em São Paulo. Outro marcante momento de mobilização foi a fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR) em São Paulo, em junho de 1978. Afro-brasileiros provenientes das mais distantes cidades do país congregaram-se nas escadarias do Teatro Municipal (CARDOSO, 2002; HANCHARD, 1994).

Em 1988, durante os cem anos de assinatura da Lei Áurea, diversas atividades de rua – incluindo várias marchas – foram realizadas pelo território nacional (CONTINS, 1988). Pela repercussão alcançada na mídia, aquelas organizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro tomaram maior impacto. A mobilização na capital Carioca foi intitulada “*Marcha contra a farsa da Abolição. 1888 – 1988. Nada mudou, vamos mudar*”.

Diferentes mobilizações públicas marcaram a passagem dos trezentos anos de morte do líder Zumbi dos Palmares, em 1995. Denominada *Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo, pela cidadania e pela vida*, a atividade de referência ocorreu em Brasília, no dia 20 de novembro. Contou com cerca de trinta mil ativistas provenientes das cinco regiões do país<sup>8</sup>. A marcha da capital federal, que não foi a única, foi revestida de simbolismo pela abrangência dos temas envolvidos, assim como pelo fato de haver sido recebida pelo

---

8 Fonte: [www.palmares.gov.br/html/materiasi/marcha](http://www.palmares.gov.br/html/materiasi/marcha)

então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Passados dez anos, surgiu a Marcha Zumbi + 10, também no Distrito Federal, em novembro de 2005 (uma no dia 16 e outra no dia 22). Um dos objetivos da marcha – em ambas as datas – era levar o Senado Federal a assinar o Estatuto Nacional da Igualdade Racial. Cerca de 170 entidades participaram do ato público<sup>9</sup>.

Parte da delegação brasileira presente na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Discriminações Correlatas (Durban/ 2001) – constituída pelo movimento negro – levou para as ruas de Durban ativistas provenientes de inúmeras cidades brasileiras, respaldados por dezenas de outros (as) das Américas e do Caribe. Transformaram as vias públicas em tribuna, dando eco às denúncias e demandas de direitos. Neste contexto, as marchas contra a intolerância religiosa podem ser vistas como mais uma das diferentes vertentes organizativas, a partir da via pública, já tradicionais, no fazer dos ativistas.

Caminhadas no interior cariense: Novas ações e novos espaços conquistados

Prandi<sup>10</sup> discorre sobre a origem da religião de matriz africana e sobre sua necessidade de reestruturação e readaptação, no decorrer dos séculos, instigado pela própria conjuntura sociocultural. Sodré (2006), por sua vez, segue sua análise dizendo que a afirmação do negro não se deu de forma pacata. O negro soteropolitano, por exemplo, não aceitou

---

9 Fonte: <http://marchazumbimais10.blogspot.com>

10 [www.okitalande.com.br](http://www.okitalande.com.br)

pacificamente as ordens de uma classe dominante capitalista. Em todo o país a resistência se dará – de maneira diferente – em acordo e em sincronia com a sua conjuntura, cada qual com suas peculiaridades.

Assim, afirmamos que variadas ações foram tomadas pelas religiões de matrizes africanas na tentativa de se manterem vivas em meio às mudanças conjunturais. Não podemos esquecer que, ao mesmo tempo em que a religião sofre influências da cultura, da sociedade, da política e da economia, ela atua diretamente sobre estas. O Candomblé, como força expressiva, mesmo se dando no âmbito religioso, atingirá os mais diversos campos sociais.

As ações realizadas pelos candomblecistas da cidade vão além do espaço religioso, o que nos dá elementos para considerar que o ato de resistir por parte dos terreiros ultrapassa as fronteiras dos lugares de cultos, chegando às ruas. Os frequentadores levam as raízes afrodescendentes ao ambiente público. O exemplo mais concreto desse rompimento e de resistência são as Caminhadas Contra a Intolerância Religiosa ou pela Liberdade Religiosa, que têm ocorrido nos últimos quatro anos.

As manifestações ocorreram sempre nos dias 21 de Janeiro<sup>11</sup> de cada ano e contaram com a participação e a organização do terreiro *Omin Dandereci Mutaleji* (casa sob a liderança da mãe Maria e do GRUNEC<sup>12</sup>) e do Movimento Negro. A primeira *Caminhada de Combate à Intolerância Religiosa* ocorreu em 2010. O sucesso desta levou à segunda, no ano

---

11 Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

12 Grupo de Valorização Negra do Cariri.

seguinte, com o nome um pouco modificado: *Segunda Caminhada Pela Paz e Contra a Intolerância Religiosa*. Nos anos posteriores, a terceira e a quarta foram denominadas *Caminhada Pela Liberdade Religiosa*.

Nestes eventos públicos, sempre estiveram presentes ativistas do movimento negro, acadêmicos, professores universitários, praticantes, frequentadores do Candomblé juazeirense e de outras religiões. Portanto, podemos analisar a frase que abre este tópico – “*Pelo direito de ter fé*” –, que foi a principal elaboração repetida e anunciada ao longo das quatro marchas.

As caminhadas, em Juazeiro, caracterizam-se por serem organizadas por uma das casas de Candomblé da cidade, em parceria com o GRUNEC, como informava o panfleto de anúncio da caminhada de 2011:

O Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC – e a Casa de Candomblé Ile Axé Omindandereci e Mutalegi convidam a sociedade caririense para participar conosco neste dia 21 de Janeiro de 2011 da II Caminhada pela Paz Contra a Intolerância Religiosa - Somos Todos Filhos de Deus, a partir das 16h, saindo da Praça da Prefeitura com sentido Praça Padre Cícero.

Portanto, no que se refere à ocupação do espaço público, nos deparamos com a reflexão da simbologia das representações que os espaços urbanos têm em suas especialidades locais. Deste modo, na geografia social da cidade de Juazeiro, os pontos de início e fim da caminhada têm em si toda uma representação social.

A Prefeitura, como na maioria das cidades brasileiras, representa a organização do poder político local e em Juazeiro não poderia ser

diferente. Todavia, a prefeitura é o *locus* de encontro para o início da caminhada. No decorrer do percurso temos, entre um e outro ponto, cerca de cinco quarteirões. A rua coberta pelos integrantes da marcha é a artéria principal de escoamento de tráfego, entrando em direção ao centro comercial da cidade. A Rua São Pedro é caminho percorrido. O término do cortejo dá-se num dos mais importantes e representativos setores da cidade: a Praça Padre Cícero, localizada no centro financeiro e cultural da cidade.

A concentração tem sido estabelecida para o final da tarde. Com as delongas naturais de uma atividade desta monta, podemos inferir que entre as 15h, horário de concentração, e 17h30min, horário, de encerramento do comércio, o grupo de manifestantes se desloca, mediante os olhares, certamente perplexos dos que saem do trabalho. Caso desejem, podem se somar ao grupo.

Os espectadores são das mais variadas camadas sociais e religiões. Uns participam de forma tímida nas calçadas das lojas. Alguns iniciados se resguardam e preferem não revelar sua participação. Ao mesmo tempo, diversos ativistas dos movimentos sociais, praticantes ou não do Candomblé, caminham integralmente, demonstrando não temer represálias.

Ainda num olhar sobre o panfleto, podemos nos deter sobre a seguinte formulação: a Constituição Brasileira de 1988 garante a liberdade religiosa, pois prevê no seu artigo Art. 5º, inciso VI, que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias” (BRASIL, 1988).

Neste momento, o panfleto faz alusão direta à Carta Magna e, portanto, reputa aos seguidores do Candomblé o seu direito a uma cidadania religiosa a ser exercida no interior de cada casa de culto. Percebe-se uma clara alusão aos fatos já rapidamente relatados aqui de possíveis interrupções por parte da força policial dos momentos de celebrações religiosas. Mais adiante, o panfleto que estamos analisando amplia a reflexão, recorre a dois documentos mais atuais e assim se refere:

Além de outras legislações internas, a temática faz parte do Programa Nacional de Direitos Humanos, sendo que o Brasil é signatário da Declaração de Durban, de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, no ano de 2001 (DOMINGOS, DA SILVA, 2012).

Dessa forma, nos faz entender a importância do ato realizado pelos integrantes das religiões de origem africana. A marcha permite concretizar o que é negado pela ação legal. A omissão por parte do Estado em relação às questões sociais e neste caso, as raciais, leva às carências de grupos e, conseqüentemente, induz à invocação do direito e ao exercício da cidadania. Logo, o movimento, neste caso a caminhada, vai se caracterizando como entidade propositiva, de resistência e luta. Participação e controle constituem a dupla dimensão da ação coletiva. Os aparatos institucionais são pontos cruciais do processo de democratização e esta, por sua vez, leva à instrumentalização da sociedade na busca de direitos (MELUCCI, 2001; SOUSA, 2006; GOHN, 2003; GOHN, 2006).

O movimento negro brasileiro, ao longo de sua história, tem diversos e representativos momentos em que utiliza os panfletos de

divulgação, como púlpito a partir do qual suas reflexões e denúncias são emanadas. Assim, esses pequenos documentos ultrapassam a função de suporte para anúncio de uma atividade a ser realizada e adquirem o objetivo de formar e/ou informar o grupo que integra a atividade em questão, como também a sociedade, no geral.

Dentro desta ordem, podemos colocar os panfletos de divulgação da marcha do ano de 2011, brevemente analisado aqui.

A história do Brasil é repleta desses exemplos de intolerância. Por todo o período colonial e do Império, apenas uma religião era reconhecida pelo Estado. Aquele que professasse outra forma de fé sofria perseguições e só a muito custo conseguia manter sua religiosidade [...] Mesmo no período republicano, as perseguições perduraram, durante as quatro primeiras décadas do sec. XX. Foi intensa a invasão aos terreiros de Candomblé [...] Nas últimas décadas, é notória a ação de alguns grupos religiosos que, se valendo do poder econômico, usam a mídia para demonizar as religiões de matriz africana (DOMINGOS; DA SILVA, 2012).

Vemos, então, um exemplo de uma aula de história que se propõe a contextualizar o momento atual à luz de uma análise que remete, desde o passado, aos fatos ocorridos na contemporaneidade, no que se refere às perseguições sofridas pelos adeptos, o que, por conseguinte justificaria a realização da atividade pelas ruas da cidade.

Infelizmente, um ordenamento jurídico não é o bastante para modificar determinados preconceitos de uma sociedade. Não basta a lei garantir a liberdade religiosa; se faz necessário que os seus cidadãos e cidadãs entendam o quanto é importante empreender ações de conscientização, as quais de fato disseminem o respeito entre os praticantes de



diferentes religiões (DOMINGOS; DA SILVA, 2012).

Assim, as ações concretizadas nas ruas da cidade têm revelado a presença e permitido maior inserção social, o respeito para com os praticantes, bem como com seu exercício do sagrado. Outrossim, embora havendo uma maior abertura de espaços na sociedade local – no que tange à religiosidade de matriz africana –, ainda é possível detectar atitudes racistas e de retaliação. Exemplificamos com o presenciado pelos participantes da quarta caminhada, no ano de 2013, em que houve uma atitude desrespeitosa por parte de um sacerdote, diácono da Igreja Católica, da cidade de Juazeiro. Com gestos considerados obscenos, ergueu o dedo médio de sua mão para as pessoas presentes.

Seguindo nesta mesma linha de raciocínio, de acordo com as falas de nossos interlocutores, vemos, então, que permanecem em vigor as ações de cunho racista na sociedade quando se trata das religiões de matriz africana. Refletir sobre a presença da religiosidade na cidade se faz necessário quando nos deparamos com atitudes aviltantes que ainda estão presentes nos dias de hoje.

## Pensares conclusivos

O Candomblé de Juazeiro do Norte, nos seus ritos sagrados, tem conseguido se manter, também, como fonte de resistência, praticando ações que ultrapassam o âmbito do espaço sagrado chegando aos espaços públicos por meio de atos políticos concretizados na marcha contra a intolerância religiosa.

A não efetivação dos objetivos almejados é fator atuante e acirrado da luta e da mobilização. O grupo participa de eventos, expondo

seus objetivos e suas ideologias, na busca por melhores condições para os praticantes do Candomblé na cidade de Juazeiro do Norte.

Salientamos que este momento de mudança está ocorrendo em razão do processo de luta política a qual se concretiza por meio de um ato de cidadania. A Caminhada Contra a Intolerância Religiosa ou Caminhada Pela Liberdade Religiosa vem trazendo para a sociedade local a possibilidade das visibilidade aos praticantes de Candomblé e Umbanda e, por conseguinte, possibilitando um novo contexto histórico-social que instiga a sociedade local a perceber que há a necessidade de dialogar acerca do respeito com o outro.

É importante destacar que ainda existe uma resistência dos não candomblecistas e umbandistas, ainda que no ato da caminhada esses contrários fiquem na posição de curiosos e de espectadores, porém essa ação de resistir não impede ou bloqueia o desejo e a autoestima de parte dos praticantes quando se trata de realizar a caminhada, a qual já está na sua quarta edição.

O processo de resistência afrodescendente é garantido pelas ações “concreto-simbólicas” do povo de santo, nas roças (assim chamadas às casas de culto, pelos candomblecistas) juazeirenses, permitindo-nos concluir que essa luta assegura a propagação das práticas e da resistência dessa religiosidade no interior caririense. Os terreiros, com suas práticas religiosas e com sua presença, asseguram a participação e o pertencimento à região Sul cearense.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CARDOSO, Ruth Caria Leite. Movimentos Sociais na América Latina. Cadernos Cebrap :São Paulo, n. 3, 1987.

CUNHA JUNIOR, Henrique. A história africana e os elementos básicos para o seu ensino. In. COSTA LIMA, Ivan e ROMÃO, Jeruse (org). Negros e currículo. Série Pensamento Negro em Educação nº. 2. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997.

\_\_\_\_\_. Cultura Afrocearense. In: CUNHA Jr., Henrique; DA SILVA, Joselina; NUNES, Cicera (org). Artefatos da Cultura Negra no Ceará. Fortaleza: Edições UFC. 2011.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. Pedagogias da transmissão da religiosidade africana na casa de Candomblé labasé de Xangô e Oxum de Juazeiro do Norte-CE. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2011.

SILVA, Joselina da. Vontade de Liberdade e de cidadania: movimentos sociais negros em Juazeiro do Norte e Crato. In: BARRETO, Maria Aparecida Santos Côrrea (org). Africanidade (s) e afrodescendência (s): perspectivas para a formação de professores. Vitória, ES: EDUFES, 2012. p. 145 – 167.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de, GONÇALVES, Adelaide. (org). Uma nova História do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

GOHN, Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. História dos Movimentos e Lutas Sociais: a Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Loyola, 2003.

JESUS, Jayro Pereira de. Terreiro e cidadania: um Projeto de Combate ao Racismo Cultural Religioso Afro e de Implantação de Ações Sociais em Comunidades-terreiros. In.: Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (eds.) Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania, 2003.

MELUCCI, Alberto. Para uma Teoria dos Movimentos Sociais. In: \_\_\_\_\_. A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, Cicera. O Reisado em Juazeiro do Norte - CE e os Conteúdos da História e Cultura Africana e Afrodescendente: uma proposta para a implementação da lei nº. 10.639/03. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Juazeiro do Norte: Faculdade de Educação – UFC, 2007.

OLIVEIRA, Eduardo D. Cosmovisão no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza: LCR, 2006.

\_\_\_\_\_. Filosofia da ancestralidade: Corpo de mito na Filosofia da Educação Brasileira. Curitiba: Gráfica Popular, 2007.

SODRÉ, Jaime. A influência da religião afro-brasileira na obra escultórica do mestre didi. Salvador: EDIFBA, 2006

SOUSA, Ana Maria Borges de. Nas Obras do Contemporâneo: uma apreciação sobre os movimentos sociais. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso. Educação Popular. João Pessoa: UFPB, 2006.

**Artigo submetido em: 08/08/2013**

**Artigo aprovado para publicação: 17/12/2014**